

# ÍNDICE

## I. Fase Administrativa

1. Requerimento – Adiamento de Abertura de Propostas em Venda Executiva	13
2. Proposta de Aquisição em Venda por Propostas em Carta Fechada	15
3. Pedido de Pagamento em Prestações de Dívida em Execução Fiscal com Apresentação de Garantia	17
4. Pedido de Pagamento em Prestações de Dívida em Execução Fiscal sem Apresentação de Garantia	19
5. Requerimento para Passagem de Certidão do Despacho de Levantamento de Penhora	21
6. Requerimento para Entrega de Imóvel Adjudicado em Venda Executiva	23
7. Suspensão de Processo de Execução Fiscal	25
8. Pedido de Suspensão do Processo de Execução Fiscal por ter sido Requerida a Separação de Bens Comuns do Casal	27
9. Recurso Hierárquico – Base	29
10. Pedido de Anulação de Venda em Processo de Execução Fiscal	30
11. Reclamação Graciosa – Base	32
12. Reclamação Graciosa – IRS Mais Valias	34
13. Pedido de 2ª Avaliação de Imóvel – Base	36
14. Pedido de 2ª Avaliação de Imóvel por Distorção de Valor	38
15. Pedido de Averbamento na Matriz de Imóvel	40
16. Pedido de Desanexação de Parcela em Imóvel de Matriz Cadastral	42
17. Pedido de Divisão de Prédio Rústico de Matriz Cadastral	44
18. Pedido de Eliminação, Alteração de Prédio Rústico de Matriz Cadastral	46

19. Pedido de Certidão ou Caderneta de Prédio	48
20. Pedido de Isenção de IMI	50
21. Pedido de Isenção de IMI (arts. n.ºs 44, 45 e 47 do EBF)	52
22. Pedido de Suspensão de Tributação em IMI	54
23. Pedido de Avaliação de Prédio Urbano – art. 130º do CIMI	56
24. Pedido de Rectificação da Matriz Predial	58
25. Pedido de Isenção de IMT	60
26. Pedido de Certidão de Mod. 1 de IMT	62
27. Pedido de Certidão de Liquidação de Imp. Selo – Transmissões Gratuitas	63
28. Pedido de Suspensão de Liquidação de Imp. Selo – Transmissões Gratuitas	65
29. Exercício do Direito de Audição – art. 60º da LGT – Base	66
30. Exercício do Direito de Audição por Reversão em Execução Fiscal	67
31. Pedido de Revisão de Ato Tributário – art. 78º da LGT – Base	69
32. Pedido de Correção de Erro Administrativo	71
33. Requerimento – Diversos	73
34. Requerimento para Certidão de Inexistência de Dívidas	74
35. Requerimento para Dispensa de Aplicação de Coima	75
36. Requerimento para Redução de Coima	77
37. Pedido de Pagamento de Dívida em Prestações com Apresentação de Garantia	79

## **II. Fase Judicial**

1. Embargos de Terceiro – Bens móveis locados	83
2. Embargos de Terceiro – Bens imóveis	87
3. Embargos de Terceiro – Bens de cônjuge	90
4. Impugnação Judicial Base	94
5. Impugnação Judicial – Vício de Forma, Falta de Fundamentação, Erro nos pressupostos de Facto – A	96
6. Impugnação Judicial – Vício de Forma, Falta de Fundamentação, Erro nos Pressupostos de Facto – B	100
7. Impugnação Judicial – Preterição de Formalidades Legais, Inexistência de Fundamentação, Errónea Qualificação e Quantificação da Matéria Tributável	108
8. Impugnação Judicial – Ilegalidade	115

9. Impugnação Judicial – Ilegalidade da compensação	119
10. Impugnação Judicial – Resultado da 2ª Avaliação do Imóvel	123
11. Oposição Judicial – Base	126
12. Oposição Judicial – Falta de Fundamentação do Despacho de Reversão, Insuficiência de Bens Penhoráveis, Inexistência de Culpa	128
13. Oposição Judicial – Ilegitimidade, Falta de Fundamentação do Despacho de Reversão, Inexistência de Culpa	134
14. Oposição Judicial – Prescrição da Dívida Exequenda	140
15. Oposição Judicial – Caducidade, Prescrição	143
16. Reclamação do Ato do Órgão Periférico Regional da AT (Autoridade Tributária e Aduaneira) que Indeferiu o Pedido de Anulação de Venda – Erro Processual, Nulidade Insanável	147
17. Reclamação do Ato do Órgão Periférico Regional da AT (Autoridade Tributária e Aduaneira) que Indeferiu o Pedido de Anulação de Venda – Nulidade Processual	151
18. Reclamação do Ato do Órgão Periférico Regional da AT (Autoridade Tributária e Aduaneira) que Indeferiu o Pedido de Anulação de Venda – Erro Processual, Arrendamento	155
19. Reclamação do art. 276º do CPPT – Base	159
20. Reclamação do art. 276º do CPPT – Indeferimento de Pedido de Dispensa de Prestação de Garantia	161
21. Reclamação do art. 276º do CPPT – Indeferimento de Pedido de Verificação da Prescrição da Dívida	166
22. Reclamação do art. 276º do CPPT – Penhora de Vencimento	169
23. Reclamação de Créditos – Base	172
24. Reclamação de Créditos garantidos por Hipoteca	175
25. Recurso de Aplicação de Coima – Base	178
26. Recurso de Aplicação de Coima por Inexistência de Infração	180
27. Recurso de Aplicação de Coima por Preterição de Formalidades e Ausência de Responsabilidade Contraordenacional	183
28. Impossibilidade de Apresentação de Documentos Contabilísticos de Arguida Insolvente	186
29. Pedido de Apensação de Processos	187
30. Pagamento Após a Notificação do art. 105º/4-b) do RGIT	188
31. Arquivamento do Processo Crime por Pagamento da Dívida	190

32. Pedido de Suspensão de Processo Crime por Pagamento da Dívida em Prestações após Notificação	181
33. Pedido de Suspensão do Processo Crime por Pagamento em Prestações no Decorrer do Inquérito	193
34. Pedido de Junção de Documento	195
35. Pedido de Junção de Documento de Pagamento	196
36. Comunicação de Ausência de Residência Consignada no TIR	197
37. Comunicação de Nova Morada para Efeitos de Notificação	198
38. Suspensão de Processo Crime por Impugnação da Liquidação do Imposto	199
39. Suspensão do Processo Crime por Oposição à Execução Fiscal	201

## NOTA PRÉVIA À 5ª EDIÇÃO

Após a publicação da última edição em 2019, surgiram algumas alterações a nível da legislação fiscal, merecendo-nos especial referência as decorrentes da Lei nº 7/2021, de 26 de fevereiro, as quais nos impeliram à revisão dos formulários.

Nesta nova edição demos acolhimento às citadas alterações legislativas, promovendo a adaptação dos formulários que se mostravam desactualizados, por forma a permitir que os utilizadores encontrem a melhor resposta às respectivas necessidades.

*O Autor*